



**FACULDADE CALAFIORI**

**OBSERVAÇÕES SOBRE O REFERENCIAL  
CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO  
INFANTIL E SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**

LÍGIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA COUTO

ORIENTADORA: SANDRA DIOGO

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

**OBSERVAÇÕES SOBRE O REFERENCIAL  
CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO  
INFANTIL E SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**

LÍGIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA COUTO

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Licenciatura em Pedagogia.  
Orientador: Sandra Diogo.

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

**OBSERVAÇÕES SOBRE O REFERENCIAL  
CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO  
INFANTIL E SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

AVALIAÇÃO: ( ) \_\_\_\_\_

---

Professor Orientador

---

Professor Avaliador da Banca

---

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha família, que muito contribuiu para que eu realizasse o curso de Pedagogia por meio de incentivos ou ações concretas.

Aos professores que dividiram comigo seus conhecimentos.

À minha filha Fernanda, que acompanhou um período do curso em meu ventre e suportou minhas ausências em um período que muito de mim necessitava.

À minhas comadres Gabriela e Geovana, que foram parceiras para a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida e bênçãos sobre mim derramadas.

À minha mãe por amar minha filha e dela cuidar nos períodos que necessitei ao realizar a pesquisa.

Ao meu esposo pela compreensão e auxílio com a Fernanda e demais afazeres que seriam impossíveis que eu realizasse.

À minha orientadora Sandra pela infinita paciência e por transmitir-me tanta calma e confiança de que tudo daria certo.

*Eu fico  
Com a pureza  
Da resposta das crianças  
É a vida, é bonita,  
E é bonita...*

*(Gonzaguinha)*

# SUMÁRIO

<b>1. O CONCEITO DE INFÂNCIA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1. RCNEI Volume 1: Introdução.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2. RCNEI Volume 2: Formação pessoal e social .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3. RCNEI Volume 3: Conhecimento de Mundo .....</b>	<b>38</b>
<b>3. PESQUISA: ANÁLISE E EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>57</b>
<b>3.1. O perfil dos profissionais entrevistados.....</b>	<b>58</b>
<b>3.2. Contato com o Referencial Curricular para a Educação Infantil.....</b>	<b>59</b>
<b>3.3. O Referencial Nacional para a Educação Infantil e suas contribuições     para uma educação de qualidade .....</b>	<b>59</b>
<b>3.4. A aplicabilidade das propostas contidas no Referencial Curricular para     a Educação Infantil.....</b>	<b>60</b>
<b>3.5. Associação da prática realizada diariamente nos Centros Municipais     de Educação Infantil ao Referencial Curricular Nacional para a Educação     Infantil .....</b>	<b>60</b>
<b>3.6. O objetivo do trabalho realizado pelo Centro de Educação Infantil .....</b>	<b>61</b>
<b>3.7. O conceito de criança .....</b>	<b>61</b>
<b>3.8. A concepção de educar .....</b>	<b>61</b>
<b>3.9. A concepção de brincar.....</b>	<b>62</b>
<b>3.10. A concepção de cuidar .....</b>	<b>62</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>65</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil



## RESUMO

O presente estudo refere-se à análise do cotidiano dos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de São Sebastião do Paraíso, numa perspectiva do RCNEI. Objetiva-se traçar de modo reflexivo, uma análise acerca dos conteúdos e orientações expressas em tal documento e sua aplicabilidade em tais instituições. Partindo de um estudo bibliográfico sobre o conceito de criança e infância e concentrando especialmente nos três volumes do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, utilizando a técnica do resumo. Para desenvolver a pesquisa foram realizadas entrevistas com educadores, diretores das instituições, recreadores e monitores da educação infantil. Com tal atividade, busca-se apresentar as contribuições do material elaborado pelo MEC, bem como sua utilização junto às crianças.

**Palavras-chave:** Criança. Educação Infantil. Contribuições. Qualidade.

## INTRODUÇÃO

O estudo em exposição permite fazer uma análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, discutindo se as diretrizes nele estabelecidas se concretizam na realidade do cotidiano da educação infantil do município de São Sebastião do Paraíso.

Objetiva-se analisar de modo reflexivo e crítico as propostas expressas no RCNEI nos Centros de Educação Infantil da rede pública de ensino, nos quais o desenvolvimento infantil é concebido como importante aspecto a ser alcançado.

No momento que as propostas expressas nos RCNEI se apresentam no trabalho docente se revela um importante olhar para efetivação de mudanças no processo educativo oferecido as crianças.

O estudo está organizado em primeiro plano pela perspectiva histórica da Educação Infantil no Brasil e em segundo é analisado o RCNEI de acordo com o texto nele expresso.

No terceiro plano é apresentado um breve estudo acerca da utilização do RCNEI nas instituições municipais de Educação Infantil do referido município, e certamente que as análises apresentadas permitem lançar um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade observada.

# 1. O CONCEITO DE INFÂNCIA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A palavra infância origina-se do latim *infantia* e significa "incapacidade de falar". As crianças até os sete anos de idade eram consideradas incapazes de falar e expressar-se sobre o que pensavam ou sentiam. Tal vocábulo carregava consigo a ideia da incapacidade diante dos demais, fato que colocava os pequeninos em condições subalternas perante os membros adultos, marcados como seres anônimos que não possuíam espaço na sociedade.

Há pouco tempo, olhares críticos e reflexivos voltaram-se para a infância. Isso fez com que o seu conceito passasse por modificações ao longo da história. A compreensão do que foram esses conceitos, numa perspectiva histórica, tem muito a nos ensinar sobre a situação na qual a encontramos nos dias atuais.

Até o século XII, eram precárias as condições gerais de higiene e saúde, fato que conduzia a números altíssimos a mortalidade infantil.

“Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87)”.

Mesmo assim, as crianças que conseguiam fugir desse triste destino e resistiam a uma certa idade, não possuíam identidade própria. Sua identidade era adquirida no momento em que realizavam ações semelhantes aos adultos com os quais conviviam. Nenhuma preparação específica possuíam os adultos que lidavam

com as crianças. Tais pessoas recebiam o nome de criadeiras, amas de leite ou mães mercenárias.

Merece relevância o fato de ser diferente o tratamento dado às crianças do sexo masculino em detrimento das crianças do sexo feminino. As meninas eram percebidas como produtos de relações sexuais movidas pelo pecado, corrompidas por doenças, libertinagem ou desobediência. Assim, a celebração do nascimento de um bebê recebia diferentes cuidados e ações, de acordo com o sexo do mesmo.

A infância foi ignorada também na arte. Segundo Airès, até o século XII a arte medieval ignorava a infância ou não a representava, porém não se podia dizer que era por incompetência ou pelo fato dos artistas não possuírem tal habilidade. Julgava ele, que a infância não possuía lugar no mundo até aquele momento. Observa-se que até o fim do século XVIII, crianças não eram retratadas com expressões particulares à sua idade, e sim, como homem em tamanho reduzido.

“Não se tem notícias de camponeses ou artesãos registrando suas histórias de vida durante a Idade Média e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida (...). De forma semelhante, durante o período moderno na literatura, fossem o drama elizabetano dos grandes romances do século XVIII. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto. (HEYWOOD, 2004, P.10)”.

Com a chegada do século XIII, atribuíram às crianças modos de pensar e sentimento que seguiram caminhos inversos aos bons costumes. Aos adultos, cabia a obrigação de desenvolver em cada uma das crianças o caráter e a razão, ao invés de buscar entendê-las, respeitando as diferenças e semelhanças que possuíam e suas formas originais de pensar. Eram recebidas como uma folha em branco que seria preenchida, no caso, preparada pra viver na idade adulta.

A realidade é que a infância existe desde os primórdios da humanidade, porém a forma de vê-la, como uma categoria social, é percebida a partir dos séculos XVII e XVIII, porém os sinais de sua evolução ficaram evidentes na Europa entre os séculos XVI e XVII, pois ocorreram modificações em relação aos sentimentos e relações estabelecidas com a mesma.

A organização social da família tradicional tratava a infância de forma curta. Denominava infância apenas a sua etapa mais frágil fisicamente dizendo. Quando

as crianças adquiriam certa independência, eram logo levadas ao convívio com os adultos, participando assim de seus trabalhos e jogos, mesmo que ainda não estivessem preparados completamente na forma física ou psicológica. Aqui também se davam as aprendizagens de cunho prático, através da observação do trabalho desempenhado por aqueles que eram mais experientes. Phillipe Airès posiciona-se assim sobre o fato:

“De criancinha pequena ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (AIRÈS, 1981, p10)”.

Os cuidados dispensados de forma superficial às crianças, durante os primeiros meses de sua vida, eram denominados “paparicação”. Essa suposta atenção que lhe era dirigida com aparente sentimento de fraternidade, nada tinha de fato tal propósito. Como esses pequeninos eram ingênuos, inocentes e de grande graciosidade, faziam com que fossem tratados como um instrumento de diversão, semelhante aos animais de estimação. Quando a criança falecia, não havia sofrimento ou luto guardado, trabalhavam neste momento com a concepção de que outra criança nasceria e ocuparia o lugar pela outra deixado. Com estas ações, à infância recaía uma condição de anonimato e transparecia a oposição secundária que lhe imprimiam.

No final do século XVII, algumas mudanças passam a ser observadas, após o estabelecimento de uma nova ordem social. Tal acontecimento fomentou para que acontecesse o fornecimento da formação inicial dos pequeninos, objetivando o aprendizado da leitura, escrita e da aritmética, preparando-os para a vida adulta. A escola ocupou nesse momento, o lugar da observação sobre os mais experientes e suas práticas diárias.

Junto ao surgimento da escola nasce um novo sentimento no universo adulto que faz com que este fique atento às crianças e aos cuidados especiais que elas exigem. Esta nova abordagem da infância ocorreu devido ao grande movimento de moralização realizado e propagado pelos reformuladores católicos e protestantes, associados à cumplicidade sentimental das famílias que se davam entre os cônjuges e entre pais e filhos. Sobre o ato de incluir a criança em instituições de ensino sistematizadas, Airès realiza uma observação crítica.

“A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância, numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como os loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estende até os nossos dias e se dá o nome de escolarização (AIRÈS, 1996, p. 11)”.

O apogeu da revolução industrial, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, conduziu à necessidade de um novo olhar sobre a infância. Atentaram para ela sob o ponto de vista econômico, que poderia ser explorado. Há nesse período uma urgente necessidade de mão-de-obra, o que faz com que o direito infantil de acesso à escola deixe de ser cumprido, conduzindo as crianças ao mercado de trabalho de forma a se submeter às constantes explorações em detrimento dos valores econômicos, o que fez com que a infância, nesse período, perdesse sua identidade específica e voltasse a ser desrespeitada e desumanizada.

O momento do ápice da infância tradicional ocorreu entre os anos de 1850 a 1950, devido ao desenvolvimento das ciências humanas e assim a melhor compreensão sobre cada um dos períodos da vida humana, inclusive a infância. Logo, as crianças passaram a ser retiradas das fábricas e recolocadas numa situação de aprendizagem sistematizada, adotando assim as instituições educativas como os locais que melhor atenderiam a tais propósitos.

Cabe aqui ressaltar, que nas questões ligadas ao lúdico e as brincadeira, as crianças também as praticavam acompanhadas pelos adultos e em seus moldes se enquadravam.

Outro fato que merece relevância é a questão das famílias viverem de forma agrupada em uma mesma residência, que não possuía divisões adequadas e bastantes, fazendo com que as crianças presenciassem as relações sexuais dos adultos que viviam ali.

No final do século XIX, um modelo de família se consolida e com ele surge a responsabilidade dos genitores em cuidar do bem-estar das crianças, assegurando-lhes direitos de melhores cuidados físicos. O conceito de criança agora passa a possuir critérios técnicos e científicos, que, sendo analisada pela Psicologia, Sociologia e Medicina, entre outros campos do saber, que emitiam pareceres de

caráter científico a respeito dessa fase da vida humana, fez com que a sociedade respeitasse de forma correta a infância e suas necessidades.

Com a maior necessidade da força de trabalho dos adultos para os processos de produção, no século XIX as mulheres começaram a atuar em fábricas, na agricultura no comércio entre outros segmentos, o que provocou a fragmentação da família. Assim, a criança deixa de ser educada de maneira integral pela família, para ser educada na escola, nas denominadas creches. Fruto do capitalismo, estas instituições eram vistas como um depósito para guardar a criança enquanto a mãe trabalhava. Muitas vagas foram abertas às mulheres no mercado de trabalho devido ao baixo custo da sua mão-de-obra.

Os hábitos, as atitudes e os comportamentos válidos para a educação infantil e pelas crianças construídos são determinados pelas imposições que a sociedade estabelece de acordo com o momento histórico no qual estão inseridos. Estes contextos direcionam o tratamento pedagógico em relação à educação da criança e se consolidam através da política educacional legitimada pela Legislação do Estado.

As creches brasileiras atendem no final do século XIX e início do século XX, em caráter assistencialista crianças de zero a seis anos de idade.

No Rio de Janeiro, em 1899, ocorreu a fundação do Instituto de Proteção à Infância e a inauguração da Creche da Companhia de Fração e Tecidos Corcovado, que atenderia os filhos dos operários da referida fábrica. Nesse contexto, a iniciativa privada supre a necessidade de uma população menos privilegiada e que deveria ser atendida pelo Estado.

Mesmo com todo desenvolvimento industrial pelo qual o Brasil passou nesta época, o poder público não ofertava a educação infantil a todos que realmente necessitavam. Esse fato fez com que alguns segmentos da sociedade civil se mobilizassem no sentido de garantir condições de melhorias ao atendimento de tais crianças. Foram ações como essas que proporcionaram novos olhares à Educação Infantil no Brasil.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

trouxeram novas perspectivas à educação das crianças brasileiras, sendo que a última, apontou um dos deveres do Estado e direito da criança, que é o atendimento educativo previsto no primeiro documento aqui citado, no artigo 208º incisivo IV.

No título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, art. 4º, IV, observa-se a seguinte afirmação: “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Isso

No artigo 21 da LDB 9394/96, a Educação Infantil é tratada como integrante da educação básica. Novos parâmetros surgem e o modo de tratar a criança muda. Busca-se agora a real qualidade dessa parte da educação e aquele velho hábito de perceber as creches enquanto depósito é revisto. Novas atribuições surgem e a sociedade cada vez mais exigente passa a fiscalizar tais ações.

Recentemente, foram promulgadas duas leis. A Lei 11.114 de 16.05.05 e a Lei 11.274, de 06.02.2006, que incluem as crianças de seis anos de idade no ensino fundamental.



## **2. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Em 1996 após sete anos de embates políticos entre aqueles que possuíam diferentes concepções a respeito da educação infantil, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 9.394/96. Esta por sua vez teve como base a Constituição de 1988. Além de proclamar que era dever do Estado e direito da criança de 0 a 6 anos o acesso à educação infantil, tal lei garante aos pais que desejam compartilhar com o Estado a educação dos filhos, que efetivamente sejam contemplados com vagas em creches e pré-escolas públicas.

No momento em que as creches foram transferidas para as secretarias de educação dos municípios, surgiu também a compreensão de que estas instituições tinham por função educar e cuidar de forma indissociável e complementar, das crianças que se enquadravam na referida faixa etária.

Dentro deste contexto de mudanças na Educação Infantil, o MEC, no governo de Fernando Henrique Cardoso, elaborou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Em fevereiro de 1998, a primeira versão deste documento foi conduzida a setecentos profissionais relacionados à educação infantil para que o analisasse e dentro de um mês o remetesse ao MEC com seus pareceres sobre tal versão. Este trabalho foi coordenado pela professora Ângela Barreto, que em uma reunião decidiu debater o assunto após a análise dos pareceres sobre a versão preliminar do RCNEI.

No mês de outubro de 1998, a versão final do RCNEI foi divulgada. Ela foi organizada em três volumes: Introdução, Formação pessoal e social e Conhecimento de mundo.

Segundo Paulo Renato Souza, ministro da Educação e do Desporto em exercício em 1998, tal documento representa o quanto houve avanço na educação infantil, no sentido de buscar soluções para superar as tradicionais características assistencialistas das creches, além de marcar o adiantamento das pré-escolas.

O material elaborado pelo MEC busca ser um guia reflexivo da educação infantil no que diz respeito a objetivos, conteúdos e orientações didáticas que atuam de forma direta com crianças que se enquadram em tal idade e faz menção à necessidade de respeitar o estilo pedagógico daqueles que o utilizarão e também sua diversidade cultural, assim como a do público a que ele deseja atingir.

A organização do RCNEI tem natureza instrumental e didática conduzindo os educadores a refletir sobre sua prática cotidiana, percebendo que a construção de um conhecimento dá-se de forma integrada e global e que os diferentes eixos a serem trabalhados com as crianças estão inter-relacionados. Assim este guia pode ser a base para reflexões conjuntas entre educadores e aqueles que comungam de tal segmento da educação, além de contribuir no momento de elaborar projetos educativos.

A função do RCNEI é dar contribuições às políticas e programas voltados à educação infantil, compartilhando informações discussões e pesquisas, que servem como base ou apoio para o trabalho dos profissionais que atuam juntos às crianças nos sistemas estaduais e municipais de ensino.

As propostas contidas no RCNEI direcionam para a formação crítica e analítica dos cidadãos com plena consciência do papel que exercem na sociedade, construindo uma base real e concreta no quesito educação.

Este documento propõe uma reflexão de cunho educacional acerca da educação infantil, porém, apesar de subsidiar os profissionais que nesta área atuam, não é de cunho obrigatório.

## 2.1. RCNEI Volume 1: Introdução

Neste volume há um resgate das características do documento, além de descrever os conceitos de criança, educar, cuidar e brincar. Traça o perfil do professor que deve atuar na educação infantil, descreve toda a organização que estrutura esse segmento, bem como seus objetivos gerais, partindo de conceitos antes já estudados. Há também neste volume, sugestões para as instituições no sentido de organizar-se ou planejar-se para atuar, respeitando as diferenças econômica e sócio-culturais dos alunos.

Ao conceituar criança, o documento a apresenta como real e concreta, que está situada de forma social e historicamente falando. Ela é um ser único, possuidor de particularidades e diferenças, é capaz de pensar, opinar e discordar. A criança constrói seu conhecimento através das interações que estabelece com as pessoas e com o meio no qual está inserido, ou seja, é um sujeito ativo, protagonista de sua história.

Quando se refere ao ato de educar, o RCNEI deixa claro que situações de cuidados, brincadeira e aprendizagens orientadas devem ocorrer simultaneamente para que haja o desenvolvimento pleno das capacidades infantis de relação interpessoal, para que exista no contato com o outro, aceitação, respeito e confiança. Privilegia também aqui, o acesso pelas crianças ao maior leque de conhecimentos no que se refere à realidade social e cultural. Somente com tais ações é que a infância será garantidamente feliz e saudável.

O ato de cuidar relaciona-se de modo direto com o ato de educar, pois esta ação sugere ajudar o outro no desenvolvimento como ser humano, logo, cuidar é o ato de valorizar e desenvolver as capacidades. Vale ressaltar que cuidar abrange os aspectos relacionais, de caráter afetivo, mas também os cuidados referentes aos aspectos biológicos exigidos pelo corpo: alimento, saúde, higiene, etc. Só consegue cuidar de forma eficaz aquele que está comprometido com o outro, com suas particularidades e necessidades, dependendo então da construção do vínculo entre aquele que cuida e aquele que recebe cuidado. Resumindo, cuidar é acima de tudo oferecer a atenção necessária à criança enquanto pessoa que está em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento, compreender sua identidade singular,

além de identificar e responder às necessidades por ela apresentada.

Importante também se faz o ato de brincar, no qual a criança exerce a capacidade de criar, utilizando-se das brincadeiras ou atividades lúdicas, com espaço amplo para as diversas experiências, desenvolvendo e apurando através da linguagem simbólica a autoestima e também a autonomia. A brincadeira dá-se por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade, o que a mostra como algo que já foi vivenciado há momentos atrás e foi modificado pelo plano das emoções e das idéias, este fenômeno denominamos de imitação transformada.

Sinais, gestos, objetos e espaços, durante a brincadeira adquirem outros significados e valores. Estes são recriados e repensados com plena consciência por parte das crianças de que não se trata de realidade.

É preciso que no momento do brincar, as crianças tenham independência para selecionar seus companheiros e também os papéis que naquele instante desejam assumir, dentro de um tema determinado e de um enredo, pois este desenvolvimento depende exclusivamente da vontade daquele que brinca. Aqui, as crianças acionam seus pensamentos e os utilizam na resolução de problemas que para elas têm importância e significado.

O material utilizado bem como os recursos que predominam ou são exigidos pela brincadeira, dividem o ato de brincar em categorias, diferenciando-as. São consideradas nestas categorias, o movimento, as alterações da percepção enquanto resultado dos movimentos; a relação estabelecida entre os objetos e seus aspectos físicos tanto quanto o ato de associá-los; o uso das linguagens verbal e não verbal; os conteúdos sociais ali inseridos e por fim, as regras enquanto recursos primordial.

Ao tratar o perfil profissional do professor da educação infantil, o RCNEI, o caracteriza como devendo ser polivalente, trabalhar conteúdos de abrangência desde os cuidados básicos até a respeito de conhecimentos específicos das diversas áreas do conhecimento. Para tanto as redes de ensino devem investir sistematicamente na capacitação e atualização constante dos educadores.

As ações dos professores devem ser planejadas e compartilhadas com os

demais profissionais que atuam na instituição e também com os familiares das crianças, para que haja qualidade. Não se pode esquecer que este processo não está pronto. Está em constante evolução e modificação devido seu caráter contextual que exige diálogos permanentes entre aqueles que estão aqui envolvidos ou pelo fato têm interesse.

A estrutura do RCNEI é distribuída por faixa etária, sendo de 0 a 3 anos destinada à creche e de 4 a 6 anos destinada à pré-escola.

O primeiro volume privilegia dois âmbitos de experiências que dizem respeito à formação social e ao conhecimento de mundo.

Há oito eixos a serem trabalhados que são denominados respectivamente: identidade, autonomia, movimento, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. Eixos selecionados por ampliar e enriquecer a inserção das crianças na sociedade.

Neste livro, o objetivo geral documento está expresso para nortear os objetivos específicos dos dois volumes dois e três, que se desejam alcançar nos âmbitos e eixos citados acima, assim como as propostas de conteúdos referentes a cada um deles também está aqui presente, com o objetivo de ter êxito de forma integral na ação educativa.

Os chamados âmbitos são compreendidos como domínios ou campos de ação que viabilizam os eixos do trabalho educativo, com a finalidade de que o educador possa organizar toda sua prática, refletindo a respeito da abrangência que as experiências proporcionadas às crianças terão.

O primeiro volume do RCNEI apresenta os objetivos da educação infantil que foram elaborados segundo o que é proposto pela LDB 9394/96, assim como a utilizou para construir os conceitos de criança, cuidar, educar e brincar, nele contido.

São os objetivos que tornam explícitas as intenções educativas e padronizam as capacidades a serem desenvolvidas pelas crianças após passarem pelas ações programadas pelo educador. Eles colaboram para uma efetiva e eficaz seleção dos conteúdos e meio didáticos

São objetivos da educação infantil, que a criança possa:

- desenvolver uma imagem positiva de si, descobrindo e conhecendo gradativamente o próprio corpo, construindo sua independência e confiança em suas capacidades, percebendo também suas limitações,
- desenvolver e valorizar hábitos de cuidado com a própria saúde e do próximo,
- estabelecer vínculos afetivos com todas as pessoas que a rodeiam, ampliando as relações sociais e desenvolvendo atitudes de respeito, ajuda e colaboração,
- observar e explorar o espaço com curiosidade, percebendo-se como integrante e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuam para sua conservação,
- brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e suas necessidades,
- compreender e utilizar os diversos tipos de linguagem (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ao expressar-se e nas situações do convívio social,
- ter conhecimento de manifestações culturais, expressando atitudes de interesse, respeito e participação, sempre as valorizando.

Diferentes aquisições de conhecimento ocorrem devido às sucessivas reorganizações daquilo que já sabemos. A criança protagoniza tal processo quando vivencia tudo que lhe foi apresentado, de forma simplificada e diretamente ligada às práticas sociais. Logo, é impossível que haja aprendizagem sem a existência dos conteúdos.

Existem aprendizagens que ocorrem através do contato direto ou indireto com uma gama de atividades, que se dão nas diferentes situações de convívio social, nas quais as crianças estão inseridas, sejam no seio da família ou nos círculos de seu cotidiano. Tais aprendizagens são de cunho cultural e saberes e foram constituídos pela sociedade. Mas, outras aprendizagens dependem exclusivamente de situações educativas elaboradas exatamente com tal propósito. O planejamento dessas situações exige seleção de conteúdos específicos à aprendizagem.

Conceituais, procedimentais e atitudinais são as denominações dos conteúdos. O primeiro refere-se à construção de forma ativa das capacidades para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que tornam possível dar sentido à realidade. Alguns conteúdos conceituais são possíveis de serem

apropriados pela criança no período da educação infantil, outros não e estes serão trabalhados apenas para promover a aproximação a um determinado conhecimento e para colaborar para a elaboração de hipóteses e manifestação de formas originais de expressão.

Os conteúdos procedimentais dizem respeito ao saber fazer. Ou seja, é a possibilidade que a criança tem de construir instrumentos e estabelecer caminhos que viabilizem a realização de suas ações. É a tomada de decisões, ferramenta cultural de que todo ser humano necessita para viver. São exemplos os atos de vestir-se ou amarrar os sapatos, pois representam a conquista da independência. O trabalho que conduzirá à aprendizagem de procedimentos, muitas vezes se dará de forma articulada entre conteúdos conceituais e atitudinais.

Quanto aos conceitos atitudinais, estes se referem aos valores, normas e atitudes. Aqui, muito mais que selecionar bem e trabalhar o conteúdo é mister que o educador seja condizente com aquilo que transmite com as palavras, na prática, pois o exemplo é o que realmente reflete na criança, aproximando-a da utilização real possível dos valores.

Ainda no primeiro volume, o RCNEI trata de aspectos como a organização dos conteúdos por blocos, convém proceder na seleção de conteúdos e a integração destes, traz orientações didáticas, que proporcionam a aprendizagem sobre como organizar o tempo e distribuir as atividades permanentes, sequenciais e os projetos de trabalho que estão também definidos e explicados de forma clara e objetiva.

A organização do espaço e seleção de materiais, o registro e avaliação formativa da aprendizagem aqui também se fazem presentes.

O espaço destinado a referências sobre a instituição e o projeto educativo, evidencia que o último deve ser construído de forma coletiva e com cooperação de professores, demais profissionais e técnicos, sempre sob uma gestão democrática.

Neste momento as atenções se voltam para duas dimensões complementares que tornam possível garantir a efetividade das propostas que constam no documento. A primeira é de natureza externa às instituições e a segunda de natureza interna.

Conhecer bem a comunidade na qual a instituição de educação infantil está inserida, torna possível compreender as reais condições de vida para a seleção daqueles temas que a ela sejam relevantes e atendam as necessidades do grupo social. É de grande valia também, utilizar o conjunto de conhecimentos, formas de viver, de se divertir, de se manifestar religiosamente e até mesmo de trabalhar existentes no município.

Ao se referir as condições internas, o documento trata da carga horária do funcionamento, tempo que a criança fica na instituição e pelo qual já frequenta este espaço e à qualidade e quantidade do que é oferecido às crianças, observações estas que devem ser consideradas no momento de colaborar a proposta curricular e também observações sobre o ambiente institucional. No primeiro volume, no que se refere à instituição e ao projeto educativo, este deve ser sempre cooperativo, deve haver respeito entre os profissionais, precisa ser cercado de afetividade, o atendimento deve ser digno às crianças, a transmissão de limites deve ser clara, necessita também da valorização de seus esforços e respeito ao seu desenvolvimento.

Ao elaborar e implantar um projeto educativo há a necessidade de que a equipe de profissionais das instituições realize em conjunto um grande esforço. Neste momento a direção da instituição é de fundamental importância à medida que colabora para a existência de um clima democrático e que respeite a pluralidade cultural daqueles que se pretende atingir.

A participação de todos deve ser possível, pois somente assim os pontos de vista e as expectativas dos diferentes segmentos podem ser debatidos, compreendidas e atendidas sempre que viável for. Assim o ato de compartilhar é que contribui para que a instituição exista como unidade educacional na qual as teorias existentes e os saberes sustentam a prática pedagógica.

A formação continuada deve fazer parte da rotina das instituições e ocorrer de forma constante e não esporadicamente. É preciso que hora e local sejam destinados a este momento de encontro para troca de experiências, supervisões, estudos sobre assuntos pertinentes ao trabalho, arranjo e construção de rotina distribuição do tempo, atividades e questões ligadas ao projeto educativo. As



condições para que os profissionais participem desses momentos de formação devem ser proporcionados pela instituição.

Todos os materiais inseridos e utilizados pela instituição devem ser considerados como agentes auxiliares no desenvolvimento da criança e em sua aprendizagem. Porém, tais objetos só podem realmente contribuir quando bem utilizados junto aos pequeninos, após o preparo do ambiente e planejamento da atividade a ser desenvolvida.

O espaço deve proporcionar às crianças benefícios para seu pleno desenvolvimento. Deve ser versátil e permeável à sua ação podendo ser modificado segundo os desejos e propostas das crianças e educadores, de acordo com as ações a serem desenvolvidas. Seu arranjo deve respeitar as diferentes necessidades das faixas etárias e projetos e atividades que ali ocorrerão. A divisão do espaço e o material que nele será disponibilizado, devem atender às especificidades das crianças que ali serão atendidas.

São recursos materiais: mobiliário, espelhos, brinquedos, livros, lápis, papéis, tintas, pincéis, tesouras, colas, massa de modelar, argila, jogos diversos, blocos para construção, sucata, roupas, panos, etc.

Eles devem existir nas instituições de educação infantil, após seleção cuidadosa e planejada. São tais materiais que ajudam tanto no desenvolver das atividades educativas, como funcionam de maneira a auxiliar da ação das crianças. Algumas aprendizagens ocorrem por contato da criança com estes materiais e outras dependem da participação do adulto para que ocorram.

Tais objetos são explorados pelas crianças que conhecem assim, suas propriedades e funções, além de transformar cada um deles em suas brincadeiras, dando-lhes novos significados.

Brinquedos e demais materiais devem estar acessíveis às crianças para que sejam manuseados e utilizados de forma autônoma, assim como sua organização possibilita identificar critérios para ordená-los. Eles devem ser usados, cuidados e mantidos, o que também constitui um importante aprendizado.

Os materiais a serem usados nas instituições devem ser de boa qualidade,

testados previamente e duráveis.

Locais que ofereçam risco devem receber proteções adequadas, como escadas, varandas, janelas, tomadas, etc.

Os bebês ficam em um grupo comum, até que consigam andar. Aquelas crianças que já andam e estão iniciando o controle dos esfíncteres, formam outro agrupamento.

Ao deixar as fraldas, as crianças são agrupadas por idade, em turmas de três, quatro, cinco e seis anos de idade.

O número de crianças de cada agrupamento também considera a idade da criança. Quanto mais novas, os agrupamentos são menores. Até doze meses, o aconselhável é até seis crianças por adulto. Do primeiro ao segundo ano, até oito crianças. Ao deixar a fralda até três anos de idade, podem ser formados grupos de doze a quinze crianças por adulto. Ao adquirirem autonomia, entre três e seis anos, podem formar grupos maiores, mas que não ultrapasse vinte e cinco crianças por professor.

Existem atividades que necessitam da integração entre as diferentes faixas etárias, estas necessitam de organização e planejamento prévio e sistemático.

As rotinas devem ser flexíveis e as atividades nelas contidas precisam considerar o tempo que as crianças passam nas instituições, os cuidados físicos necessários, seus ritmos, diferenças e as especificidades do trabalho pedagógico.

O tempo destinado às atividades precisa prever atividades muitas vezes simultâneas, mais ou menos movimentadas, individuais ou em grupos, que exigem maior e menor grau de concentração, o repouso, alimentação e higiene. Aqui, é importante antecipar situações que irão acontecer.

O ambiente de cuidados deve considerar as necessidades das diferentes idades, familiares e as condições de atendimento da instituição.

Devido ao constante crescimento, as necessidades que os grupos apresentam ao início do ano estarão modificadas ao término do primeiro trimestre.

Momentos de cuidados podem variar de acordo com os grupos etários atendidos, tempo de permanência diária das crianças na instituição e acordos estabelecidos entre esta e a família.

Dados sobre a criança suas características e peculiaridades devem ser colhidas junto à família antes de sua entrada na instituição.

O trabalho em parceria com as famílias só tem contribuições a trazer, para tanto é preciso respeitar seus vários tipos e estruturas, acolhendo suas diferenças culturais, valores e crenças quanto à educação das crianças. É necessário uma comunicação clara entre a família e a instituição, que pode ser utilizada de forma mais sistemática quando a situação assim exigir ou mais esporádica.

A família traz seu conhecimento ao trabalho educativo quando dele participa efetivamente ou por meio das questões afetivas e motivações ligadas ao cotidiano pedagógico. É preciso considerar e saber como lidar com o acolhimento das famílias e das crianças na instituição, desde sua entrada, como proceder nos primeiros dias, o ato de remanejar os grupos de crianças, a substituição de professores, a passagem das crianças para a escola e o acolhimento de famílias com necessidades especiais, passos estes e procedimentos que constam e são explicados no volume um.

## **2.2. RCNEI Volume 2: Formação pessoal e social**

O segundo volume trata particularmente do âmbito de formação pessoal e social, no qual os eixos de trabalho denominados identidade e autonomia estão inseridos. Estes favorecem o processo de construção da identidade e autonomia do indivíduo, iniciando com a concepção deste âmbito, desenvolvendo em três prismas: processo de fusão e diferenciação, construção de vínculos e expressão da sexualidade. Logo após, há a descrição da aprendizagem por meio da imitação, brincadeira, oposição, linguagem e da apropriação da imagem corporal.

Os objetivos a serem alcançados, assim como os conteúdos a serem desenvolvidos por faixa etária, estão aqui explicitados.

Ao final registra as orientações didáticas aos professores.

A identidade da criança é construída de acordo com as particularidades que são expressas em seu meio. Logo a escola necessita planejar suas ações educativas de modo a contribuir com todo processo de construção da identidade e da autonomia, baseando-se no modelo sócio-cultural. Dependendo de como a instituição trata a questão da diversidade, é que a criança valorizará ou fará discriminação de suas características étnicas e culturais.

Segundo o volume 2, ao nascer o bebê encontra-se num período denominado fusão, pois percebe-se como extensão da mãe, não diferencia seu próprio corpo e seus desejos.

A consciência dos limites do seu próprio corpo é adquirida aos poucos, assim como seus movimentos. Explorando seu corpo e entrando em contato com corpo do outro, o bebê constrói o primeiro nível de diferenciação do eu.

Os cuidados que ela recebe também colaboram muito para a separação de si diante do outro, além de organizar suas emoções e ampliar seu conhecimento sobre o mundo. Por este motivo, quanto menor a crianças, os cuidados oferecidos pelo adulto têm maior importância.

O bebê, ao nascer, está automaticamente imerso num universo cultural orientado pelos adultos ali já antes inseridos.

Aqueles que cuidam, interagem e brincam com os pequeninos, estabelecem com eles uma forte ligação afetiva. São as pessoas que cuidam que fazem a mediação dos seus contatos com o mundo, organizando-o e o interpretando para o bebê. Estas pessoas são essenciais para a criação de condições para que as crianças adotem condutas, valores, atitudes e hábitos necessários para inserir-se naquele grupo ou cultura específica.

À medida que expande seu círculo de convívio, relacionamentos com outras crianças também são criados e evidente se faz uma característica básica pertinente aos seres humanos que é a capacidade de estabelecer vínculos.

Expressão da sexualidade está diretamente ligada ao prazer e exerce

importância significativa para o desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas. Ela se apresenta desde o nascimento.

O adulto e a criança lidam de forma diferente com prazer. Dependendo do momento da vida, ele se concentra em determinadas partes do corpo de forma mais acentuada do que em outras.

A primeira região a proporcionar prazer à criança é a boca, esta se mostra como recursos de ação sobre o mundo exterior.

Ao atingir a fase de controle esfinteriano, tudo que ela elimina passa a ser importante, assim como para os adultos que com ela convivem. À medida que estes adultos reagem quanto ao padrão de “bonito” ou “feio”, a criança os utiliza para manipulá-los de acordo com seu desejo.

O interesse pelos órgãos genitais próprios e dos demais, além de sua manipulação e exploração ocorrem neste período também. É necessário que os adultos reajam de forma tranquila a este processo natural, mesmo diante de suas crenças, concepções e valores, para que tais explorações tomem caráter material e não causem traumas.

Quando se percebe como menino ou menina, a criança preocupa-se também com outras características que não só as anatômicas, mas sim com as transmitidas pela mídia e pela sociedade e passa até a agrupar-se com aqueles do mesmo sexo de forma mais efetiva.

A aprendizagem da criança se dá através da interação com outras pessoas, sejam adultos ou crianças também. Tal desenvolvimento depende dos vínculos que são estabelecidos e ocorrem através de recursos por elas utilizados, denominados: imitação, linguagem e apropriação da imagem corporal.

É o ato que a criança realiza desde muito pequenas, ao reproduzir gestos expressões faciais e sons produzidos por aqueles com quem ela convive. Imita ainda animais domésticos, objetos e seus movimentos, etc.

Por volta dos dois aos três anos de idade esse recurso constitui-se em importante canal de comunicação e também é utilizado durante as brincadeiras com

seus semelhantes.

É a imitação, o produto da observação e da aprendizagem com os outros e seu desejo de com eles se identificar, ser aceita pelo grupo e também de se diferenciar. Para tanto necessário se faz toda uma reconstrução interna e não apenas uma cópia ou repetição mecânica da realidade.

O ato de brincar é fundamental para o desenvolvimento da identidade e também da autonomia. Nesse momento, ao se comunicar através de gestos, sons e posteriormente fazer uso da representação ao brincar, conduz a mesma para o desenvolvimento de sua imaginação. Neste instante de brincadeiras também estão sendo desenvolvidas a atenção a imitação, a memória e a imaginação.

O faz-de-conta proporciona à criança que coloque em jogo no momento em que ele ocorre, suas emoções, sentimentos e significados outrora por ela vivenciados em diferente situação. Além de imitar a vida real, aqui os pequeninos têm a oportunidade de transformar a situação por eles vivida.

Através das brincadeiras muito podemos perceber a respeito da criança sobre seus conhecimentos prévios, objetos por ela já manipulados e repetições que ela realiza demonstram a ativação de sua memória entre outros.

A oposição assim como faz - de - conta, constitui-se recurso fundamental para o processo de construção do sujeito em determinado sentido, diferenciar-se do outro, afirmar seu ponto de vista e seus desejos.

A posição pode ocorrer em vários contextos e sua intensidade depende de fatores variados com características pessoais grau de liberdade que o meio lhe oferece, momento de desenvolvimento específico do desenvolvimento pessoal no qual a criança se encontra. Em algumas fases a oposição pode ser mais acentuada que em outras. São exemplos de oposição: disputa por um mesmo brinquedo, por um lugar específico, desentendimento devido a uma ideia dada ou sugestão. Elas podem sofrer mudanças de acordo com a idade e o adulto precisa saber administrá-las, pois tais momentos contribuem para a diferenciação e afirmação do eu.

A linguagem que a criança utiliza, muito diz sobre seu processo de diferenciação entre o eu e o outro principalmente ao tornar possíveis formas

objetivas e diversas de compreender o real. É também a linguagem um forte veículo de comunicação social.

Através da linguagem, o ser humano tem acesso à realidade mesmo viver as experiências de forma concreta, podendo ter acesso a lugares distantes e reais e a mundos imaginários.

Tomar consciência dos limites do próprio corpo é muito importante para a realização do processo de diferenciação do eu em detrimento do outro e a construção de sua identidade.

São com as explorações realizadas com os contatos físicos com outras pessoas e com a observação daqueles com os quais convivem que as crianças aprendem sobre o mundo, sobre elas mesmas e se comunicam através da linguagem corporal.

Às crianças de zero a três anos, o documento estipulou os seguintes objetivos:

- expressar seus desejos, sentimentos, vontades e desagrados, sempre progredindo quanto à autonomia, fazendo uso de recursos e experimentações que lhes sejam essenciais;
- entrosar-se com a imagem do seu corpo, percebendo seus limites e sensações que lhe produz;
- manifestar cuidado com o próprio corpo através de ações ligadas à saúde e higiene;
- brincar;
- relacionar-se com as demais crianças, os educadores e outros profissionais da instituição explicitando necessidades e interesses;

Às crianças de quatro a seis anos, o volume 2 apresenta os seguintes objetivos:

- formar uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, reconhecendo suas limitações e possibilidades;
- perceber e reagir diante de situações de conflitos, fazendo uso de seus recursos pessoais, respeitando os outros e agindo com reciprocidade;
- atribuir valor às ações de cooperação e solidariedade, agindo com ajudas e colaboração, compartilhando suas vivências;
- brincar;
- utilizar hábitos de autocuidados, valorizando a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência;
- perceber - se como pertinente aos diversos grupos, respeitando regras básicas de convívio social e sua diversidade.

O volume Formação Pessoal e Social apresenta quinze conteúdos destinados às crianças de zero a três anos, que estão efetivamente ligados ao desenvolvimento pleno e crítico da criança, colocando-a como construtora de seu conhecimento, protagonista das ações e deixam implícito o papel do educador enquanto mediador do processo ensino-aprendizagem.

As orientações didáticas expressas dizem respeito à autoestima, sua interiorização, processo repleto de avanços e retrocessos, que depende de um adulto para apoiar as crianças e ou controlá-las de forma segura e flexível. Aqui é importante o entrosamentos entre pais e professores para que tanto o seu espaço individual no coletivo quanto sua individualidade sejam respeitados e compreendidos. É neste momento que se favorece a formação do sentimento de grupo. Há a necessidade de também se referir à criança pelo nome, assim o professor demonstrará que os conhecem e não diluirá sua identidade, fazendo com que as crianças sigam o modelo ao se referir aos demais.

A escolha também é uma manifestação que acompanha as crianças desde bebês quando a utilizam para mostrar suas preferências. Para tanto, usam de recursos como expressões faciais, choro ou demonstração de preferência à determinada situação diante de outra. Neste momento é necessária uma mediação



direta do adulto. Ela auxilia também na construção da autonomia. Quando recorre nos modos citados acima, recebe o nome de escolha indireta.

No momento em que se manifestam com escolhas de objetos para brincar e parceiros de brincadeiras, a criança passa a realizar a denominada escolha direta que depende essencialmente de um espaço bem organizado, situações anteriormente planejadas, além de oferta de material diversificado.

No faz -de- conta, ocorre a simulação de situações do cotidiano como imitar profissionais dos quais tem contato e até mesmo sons de animais. Este momento deve ser assegurado à criança.

A interação entre crianças da mesma idade e de idades diferentes nas diversas situações, traz à criança a oportunidade de desenvolver sua capacidade de se relacionar. Ao professor cabe a tarefa de remover situações individuais ou em grupo, respeitando as diferenças e estimular que as crianças troquem de grupo ao brincar. Esta oportunidade deve fazer parte da rotina até mesmo das crianças que não andam sozinhas, respeitando critérios específicos.

Quanto à imagem, o espelho é um instrumento muito importante para construir a construção da identidade da criança. Quando brinca em frente a ele, ela realiza sua auto-análise e reconhece sua imagem. Ele deve ser colocado na sala de forma que a criança possa se ver de corpo inteiro e brincar na frente dele.

Ao tratar de assuntos relacionados aos cuidados das crianças seu atendimento deve garantir suas necessidades de higiene, alimentação e descanso, porém, à medida que cresce ela deve ser incentivada a participar deste processo de forma progressiva fazendo tudo com afeto e convicta de que pode realizar tais tarefas. Vale ressaltar que os adultos e crianças mais velhas constituem grandes exemplos aos menores.

No momento da higiene ao utilizar a água, algumas brincadeiras podem surgir, pois proporciona prazer.

Quanto aos processos autônomos das necessidades fisiológicas, além da retirada das fraldas, deve ser auxiliados e conduzidos pelos adultos da forma mais natural possível e de maneira compreensiva.

O momento da alimentação, por volta dos três anos de idade, é marcado pela possibilidade da criança alimentar-se sozinha e neste contexto caso rejeite determinados alimentos, os adultos devem incentivá-la a experimentá-los. Pode-se também proporcionar a ela, a oportunidade de se servir sozinha. A alimentação deve ocorrer num ambiente tranquilo.

Para que haja total segurança na instituição, é recomendável o cuidado ao manusear tesouras, produtos químicos e utensílios como garfos e facas e demais objetos pontiagudos ou muito pequenos. Quando estes se fizerem necessários ao processo de aprendizagem como em experimentos o adulto deve supervisionar seus usos.

Às crianças da faixa etária de quatro a seis anos, destinam-se dezessete objetivos que conduzem a criança a adquirir sua autonomia e utilizá-la no cotidiano, valorizando todo o material a ela oferecido e dele cuidando. Incentivam a criança a buscar soluções para pequenos problemas identificando sua singularidade própria e a daqueles com os quais convive. O diálogo é valorizado como uma maneira de lidar e resolver conflitos.

Deve haver o incentivo à realização de tarefas, ainda que pequenas, do cotidiano, envolvendo ações de cooperação, solidariedade e ajuda ao relacionar-se com os outros.

A limpeza e a aparência pessoal devem ser valorizadas, assim como a cultura de seu grupo de origem e outros grupos. Para isso, conhecer fundamentais do convívio social é necessário.

O ato de combinar algumas regras de convivência em grupo com outras referentes ao uso de materiais e do espaço devem existir e são pertinentes, pois trazem contribuições à vida futura em sociedade. As crianças devem também fazer uso de forma adequada dos sanitários, identificar situações de risco que existam em seu ambiente e prevenir acidentes básicos, utilizando para isso, autocuidados.

São orientações didáticas para alunos de 4 a 6 anos:

O nome é de extrema importância para a identificação do indivíduo, além de muito dizer sobre sua história. Ele deve ser utilizado em trabalhos diferenciados e

lúdicos para motivar a escrita e a leitura. Uma boa prática é identificar os pertences da criança com seu nome escrito, para que aos poucos ele reconheça seu próprio nome e os dos demais.

Todo o trabalho realizado com o espelho pelas crianças menores de quatro anos aqui também é necessário e deve ser ampliado para o uso de fantasias, roupas, maquiagem, dentre outros, para que elas percebam que sua imagem pode ser modificada sem modificar a sua pessoa.

Uma boa rotina que seja de conhecimento da criança, possibilita a ela agir e realizar escolhas que lhes sejam interessantes e agradáveis e usar agir com independência. A independência que aos poucos aumenta na realização das diversas atividades do dia a dia, é condição necessária para o seu desenvolvimento. Esse acontecimento exige uma boa organização e disposição dos materiais e utensílios pedagógicos dos quais se faz uso. Assim, a autonomia também é construída.

Diante de tal realidade precisa-se considerar que muitos são os indivíduos que frequentam as instituições de educação infantil e cada um deles possui suas características e particularidades que devem ser respeitadas e compreendidas pelos colegas.

A identidade de gênero privilegia ações e encaminhamentos que conduzam a valores de igualdade e respeito entre pessoas de sexo opostos, sem que seja estereotipados aos papéis a desempenhar.

A interação entre a instituição e a família deve ser possibilitada e o educador pode desenvolver atividades que contemplem esse processo.

São com os jogos e brincadeiras que o espaço para a interação entre as crianças acontece. Ela explora seu corpo nas mais diferentes dimensões e com elas o professor pode observar as habilidades e o conhecimento sobre sua corporeidade. Nestes atos, há de se observar seus sinais vitais, suas alterações e as sensações que lhes são transmitidas de prazer ou desprazer.

Entre os quatro e seis anos, os cuidados pessoais também são fundamentais e mostram-se, ao serem realizados, maior independência por parte das

crianças, como os atos de higiene.

São orientações gerais para o professor:

Este espaço é destinado a oferecer instruções aos educadores e àqueles que lidam diretamente com as crianças, assistindo-as durante o tempo que permanecem na instituição.

São instruções de como realizar e proceder durante o período que se encontra com as crianças, assistindo-as durante o tempo que permanecem na instituição. Instruindo sobre como realizar os jogos e brincadeiras, bem como as condições a serem realizadas.

Na organização de um ambiente de cuidados essenciais, muito mais que nutrição do corpo e condições de higiene devem ser garantidos, há de se cuidar também do emocional e do cognitivo das crianças.

É preciso oferecer proteção às crianças, com conforto e segurança física, mas não lhe pode ser negada a oportunidade de explorar o ambiente e conquistar habilidades antes não possuídas. Acompanhar, avaliar constantemente as capacidades das crianças, além de analisar riscos e benefícios de atitudes, procedimentos e do próprio ambiente, são ações do educador.

Há menção aos cuidados com ventilação, estética, insolação e higiene do ambiente, utilização de mobiliário adequado à idade da criança tanques de areia devem ser ensolarados, revolvidos sempre e protegidos de animais. Quanto aos brinquedos, tintas e lápis devem ser analisados sob uma perspectiva química que contemplem aqueles que forem atóxicos.

Diante de possíveis mal-estares, febre, vômito, convulsão, sangramento nasal ou acidente é recomendável que todos saibam como proceder.

A alimentação também tem espaço neste volume que apresenta suas principais características e formas de atendimento a todos, inclusive às crianças que necessitam de cuidados especiais e aquelas demonstrem falta de apetite.

O momento do banho deve ser garantido às crianças, principalmente àquelas

que usam fraldas, devido à prevenção de assaduras e brotoejas e para que sintam mais confortáveis. Ele serve também para relaxar, refrescar, para oferecer prazer e preservar a integridade da pele. As brincadeiras que ocorrem nesse momento não devem ser cortadas. Quando as famílias manifestarem o desejo de que seus filhos não tomem banho na instituição, este deve ser respeitado.

Os objetos pessoais precisam receber cuidados. O tempo destinado a banho, sua organização e aproveitamento precisam ser planejados, respeitando seu corpo, individualidade e autonomia, além de seguro e de fácil acesso.

A troca de fraldas deve acontecer num ambiente organizado, no qual haja cuidados e permita o contato individual da criança. Esta ação demanda procedimentos e condições ambientais adequados para evitar a disseminação de micróbios entre as crianças e os adultos, que geralmente causam surtos de diarreia e hepatite infecciosa nas creches. A higiene das mãos é imprescindível após a troca das fraldas.

O sono e o repouso merecem também o atendimento adequado, respeitando as diferentes etapas da vida da criança. Eles contribuem para a saúde em geral e em particular do sistema nervoso. Seu ritmo e sua necessidade variam de indivíduo para indivíduo e sofrem influências do clima, idade e estado de saúde. O espaço para este momento, bem como sua organização, mobiliário e procedimento para o mesmo, também são citados neste volume. O tempo precisa ser organizado de forma objetiva e que atenda às necessidades reais dos educandos.

As atividades permanentes do grupo contribuem diretamente ou de forma indireta, na construção da identidade e da autonomia. São exemplos destas atividades: cantos para desenhar, ouvir música, pintar, olhar livros, modelar, jogos com regras entre outros.

Atividades seqüenciadas podem ajudar também no processo da construção da identidade e na conquista da autonomia. Elas oferecem muitas possibilidades de trabalho porque estão associados à diversidade das características pessoais, culturais e sociais dos grupos das crianças.

A observação, o respeito e a avaliação formativa devem ser constantes no

cotidiano das instituições, pois estes atos mais que instrumentos de acompanhamento de trabalho, podem auxiliar no replanejamento da ação educativa. Há que se voltar nesse momento, às conquistas pessoais das crianças, mesmo que pequenas, pois além de reconhecer seus avanços, a criança também valoriza as conquistas dos outros com os quais convive.

As experiências concretas pelas quais as crianças passam, nas quais experimentam agir sem que recebam ajuda, proporcionam aos alunos a evolução de sua independência e muito felizes ficam quando são observadas e elogiadas.

Todas as observações feitas devem ser registradas para que não se percam.

### **2.3. RCNEI Volume 3: Conhecimento de Mundo**

Este volume enfatiza o âmbito conhecimento de mundo, que possui seis eixos de trabalhos facilitadores do uso das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que elas estabelecem com os objetos que irão conhecer. Os eixos são denominados: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Neste volume estão descritas individualmente a concepção de cada eixo os objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

O movimento existe desde a vida intra-uterina. A cada movimento desenvolvemos controle sobre nosso corpo e percebemos possibilidades de interação com o mundo. Através do movimento, expressamos sentimentos, emoções e pensamentos. O movimento é utilizado de diferentes formas, que exigem diferentes habilidades e possuem objetivos específicos, de acordo com a idade da criança. Em tal documento está dividido entre primeiro ano de vida, crianças de um a três anos de idade e crianças de quatro a seis anos.

No primeiro ano de vida, predomina a dimensão subjetiva do movimento, que são regidos pelas emoções, privilegiando a interação do bebê com o adulto e deste com outras crianças.

O bebê também realiza importantes conquistas no plano da sustentação do próprio corpo, ao virar-se rolar, sentar-se, etc. São tais conquistas que preparam o

aprendizado da locomoção, que pode ser antecedido por formas alternativas como arrastar-se ou engatinhar.

Nesta fase há a dedicação de grande tempo à explorações do próprio corpo, ficam a observar as mãos paradas ou mexendo-as diante dos olhos, pegam os pés e encontram diversão ao mantê-los sob o controle de suas mãos.

As crianças de um a três anos, assim, que aprendem a andar, demonstram encantamento com suas novas capacidades e se divertem com o ato de locomover-se de um lado para outro sem finalidade específica.

Nesta condição a criança explora de forma mais direta o espaço e utiliza com maior disponibilidade a mão. É a fase de mexer em tudo, explorar, pesquisar. Todas estas experiências também conduzem à aprendizagem.

As crianças de quatro a seis anos ampliam seu repertório de gestos instrumentais, que se mostram muito mais preciosos. Contudo, permanece a tendência lúdica da motricidade ao utilizar os objetos com tesouras e lápis para brincar de aviãozinho. Aos poucos, o controle voluntário domina o movimento, e este passa a ser planejado por antecipações.

Quanto ao movimento, também estão descritos neste volume, os objetivos a serem alcançados com crianças de 0 a 3 anos e com as que possuem entre 4 e 6 anos. Os últimos buscam aprofundar e ampliar os estabelecidos para as crianças de 0 a 3 anos e ainda garantir outras oportunidades às crianças.

Os conteúdos a serem trabalhados com as crianças dizem respeito à expressividade, ao equilíbrio e coordenação.

A expressividade do movimento engloba expressões e comunicação de ideias, sensações e sentimentos pessoais associados às manifestações corporais estreitamente ligadas à cultura.

O equilíbrio e a coordenação são ações que compõem as brincadeiras. Para empinar uma pipa, por exemplo, é preciso coordenar a força e a flexibilidade dos movimentos do braço com a percepção espacial e ainda, caso seja necessário, correr e com velocidade.

Tais conteúdos estão bem definidos e explicados por faixa etária e possuem orientação didática específicas à idade, para melhor compreensão do educador.

Também há aqui neste volume, orientações gerais ao professor quanto à organização do tempo, e aos atos de observar, registrar e avaliar de modo formativo o movimento.

Segundo consta no RCNEI, a música é uma forma de expressar sentimentos, pensamentos e também de comunicação. Ela está presente desde as cantigas transmitidas de geração à geração. Assim, deve ser cultivada na Educação Infantil, pois ainda proporciona a integração entre as crianças. Também possui seus objetivos e os adequa à idade das crianças.

Do primeiro ao terceiro ano de vida, os bebês ampliam seu modos de expressar quanto à música, pelas conquistas vocais e corporais que se sucedem. Eles articulam sons, reproduzem letras simples, refrões, onomatopeias e os associam a gestos sonoros como palmas e batidas de pés. Nessa fase, as crianças dão importância e equivalência a todas as fontes sonoras e as explora significativamente, o que caracteriza a produção musical da mesma nesse estágio.

Aos três anos precisamente, os jogos com movimento trazem prazer e alegria às crianças e possibilitam de forma efetiva o desenvolvimento motor e rítmico, sintonizados com a música. Nessa fase, o modo de expressão característico integra gesto, som e movimento.

De forma gradual, a criança começa a cantar com maior precisão de entonação e produz ritmos simples sob orientação de um pulso regular. Ao reproduzir os batimentos rítmicos corporais como palmas, batidas de pernas e pés, ela os faz com devido cuidado e atenção. Ainda nesse período, há o interesse por tocar pequenas linhas melódicas nos instrumentos musicais e a busca por compreender sua construção.

O ato de improvisar significa criar instantaneamente, sob alguns critérios já pré-estabelecidos, porém com enorme margem para realizações aleatórias não determinadas, já o ato de compor, significa criar partindo de estruturas fixas e determinadas.



As crianças de quatro a seis anos já são capazes de compor pequenas canções, porém, suas criações situam-se entre o improvisado e a composição, uma vez que a cada nova interpretação observamos variações.

Para contribuir com o desenvolvimento da percepção e da atenção no primeiro ano de vida, é necessário que o adulto cante para os bebês, produza sons vocais dos mais variados, imitando desde sons de animais até ruídos de objetos, além de produzir sons corporais. Embalá-los e com eles dançar, também se constituem ações importantíssimas. Essas práticas proporcionam a interação e conduzem à respostas por parte dos bebês, que podem ser imitações e até mesmo criações vocais, gestos corporais ou exploração de objetos sonoros.

Dos quatro aos seis anos é preciso trabalhar no sentido de propor à criança situações para que ela perceba que o ato de fazer musical necessita de concentração e envolvimento com as atividades propostas, assim com todo o processo educativo, em qualquer que seja sua fase.

Fazer música conjuga organizar e relacionar de forma expressiva, sons e silêncios. Para tanto é necessário distinguir entre o barulho, que é uma interferência desorganizada que incomoda, de música, que é uma interferência intencional que utiliza de forma organizada som e silêncio e ainda consegue realizar a comunicação.

Manipular instrumentos e explorá-los de forma diversificada, constituem-se boas práticas para o desenvolvimento das crianças diante do fazer musical, assim com os jogos de improvisação que estimulam a memória auditiva e musical, além da percepção da direção do som no espaço.

Ao fazer referência à apreciação musical, o documento versa sobre a audição e a interação com músicas diversas. Boas práticas com tal finalidade, para crianças de zero a quatro anos de idade, constituem-se na organização de um pequeno repertório e sua utilização por algum tempo, para que as crianças estabeleçam com o mesmo. Este repertório pode ser constituído por música erudita, popular, cancionário infantil, regional entre outras. É desaconselhável que as músicas sejam utilizadas como permanentes panos de fundo para outras atividades, pois assim, banaliza sua função e não a utiliza de forma adequada à sua finalidade.

Dos quatro aos seis anos de idade a apreciação musical pode conduzir à ampliação da capacidade de atenção e concentração das crianças, propiciando o conhecimento dos diversos aspectos referentes à produção musicais como os instrumentos, profissionais que atuam, gêneros musicais, estilos, etc. Ao ter contato com a obra musical, pode ser também ofertado à criança informações relativas ao contexto histórico de sua criação, época, compositor e intérprete .

Oferecer músicas sem textos também é importante para as crianças, uma vez que elas podem perceber, sentir e ouvi-las, guiando-se pela sensibilidade, imaginação sensação que elas lhes sugerem e comunicam.

Na organização do tempo, o cantar e ouvir músicas podem ocorrer com frequência. E de maneira permanente. Atividades que buscam valorizar a linguagem musical e destacam a autonomia, o valor expressivo e cultural, podem ocorrer de duas a três vezes por semana, em períodos de até trinta minutos para crianças maiores. É possível ainda, conjugar vários conhecimentos ligados à produção musical, realizando projetos e construindo instrumentos musicais com as crianças. A este ato denominamos oficina. Esta, além de contribuir para o entendimento de questões elementares sobre a produção do som e suas qualidades, estimula a pesquisa, a imaginação e a capacidade criativa. Em seguida, deve ocorrer o feito de música com os instrumentos produzidos.

Os jogos e brincadeiras ligam-se fortemente à música. São exemplos destes; os acalantos e brincos que são maneiras de brincar musical, característicos da primeira fase da vida da criança, entoados pelos adultos com o objetivo de tranquilizar e adormecer os bebês ou ainda utilizados como brincadeiras cujo exemplo clássico é a “serra, serra”. Há também as parlendas e as mnemônicas que são rimas sem fórmulas de escolha numa brincadeira e a segunda, destina-se a fixar ou ensinar algo como nomes ou números. Por fim rondas ou brincadeiras de roda integram música, poesia e dança.

Tais atividades devem ser desenvolvidas num espaço dotado de mobiliário que possibilite seu desenvolvimento, sendo amplo e estimulante para que as crianças participem e quanto às fontes sonoras, estas devem ser todas as origens: brinquedos, objetos do cotidiano, o próprio corpo e instrumentos musicais de boa

qualidade.

Assim como nas demais áreas de conhecimento a observação, o registro e a avaliação formativa são necessários e constituem-se importantes recursos para o planejamento das demais atividades a serem realizadas pelo professor. Quanto à autoavaliação das crianças, pode-se gravar suas produções para que elas a avaliem observando detalhes como gritos, volume dos instrumentos ou objetos, etc.

O volume três oferece ao educador, nas páginas 79,80 e 81 sugestões de obras musicais e discografia para utilizar junto às crianças.

As Artes Visuais combinam expressão comunicação e atribuição de sentido, sensação e sentimentos, pensamentos e realidade através de organização de linhas, formas pontas (bidimensionais ou tridimensionais), volume, espaço, cor e luz, quando no referimos aos desenhos, pinturas, esculturas, gravuras, arquiteturas, brinquedos, bordados, dentre outros. São atributos da criação artística: o movimento, o equilíbrio, o ritmo, a harmonia, o contraste, a continuidade a proximidade e a semelhança.

Elas estão presentes no dia-a-dia da criança, desde um simples rabiscar ou desenhar no chão, pintar objetos ou seu próprio corpo. As Artes Visuais são linguagens e constituem-se formas importantes de expressão e comunicação, que em si, justificam sua presença na educação de modo geral e especificamente na educação infantil.

Muitas propostas trazem as práticas de Artes Visuais como passatempo, destituindo todo seu significado. Há os que pensam elas como apenas uma decoração para ilustrar temas e datas comemorativas, enfeitar paredes e outros fins. Nessa perspectiva, adultos realizam grande parte dos trabalhos, visto que não vêm competência na criança para produzir um item adequadamente.

As Artes Visuais também são utilizadas como reforço de aprendizagem dos diversos conteúdos, como por exemplo, colorir imagens mimeografadas pelos adultos. Pesquisas realizadas por diferentes áreas apontam a arte da criança como a manifestação espontânea, carregada do autoexpressão. Assim, tais estudos conduziram à valorização da produção criadora infantil.

Vale ressaltar que o desenvolvimento artístico é aprendizagem e não ocorrem de forma automática, de acordo com o crescimento da criança. A arte que a criança produz desde cedo é influenciada pela cultura seja por meio dos materiais ou até mesmo por aquilo que observa na TV. Suas produções revelam onde locam, época história em que vivem, oportunidades de aprendizagem que lhe são oferecidas, ideias ou representações sobre o trabalho artístico que realiza e sobre acesso, assim como o potencial de refletir sobre elas.

Artes Visuais constituem uma linguagem com estrutura e característica própria, cuja aprendizagem no âmbito prático e reflexivo se dá através da articulação dos aspectos do fazer artístico, da apreciação e da reflexão.

À criança deve ser proporcionado o contato com produção de arte presente nos museus, igrejas, livros, reproduções, revistas, gibis, vídeos, CD-ROM, ateliês, feiras de objetos e demais espaços urbanos.

O trabalho com as com as Artes Visuais na Educação Infantil é muito importante para a criança, no que se refere ao respeito das peculiaridades e esquemas do conhecimento próprio a cada faixa etária e nível de desenvolvimento. Isso significa que o pensamento, a sensibilidade, a imaginação, a percepção, a intuição e a cognição devem ser trabalhados de forma integrada, favorecendo o desenvolvimento das capacidades criativas das crianças.

No processo de aprendizagem em artes visuais a criança traça um percurso de criação e construção individual. É no fazer artístico e no contato com os objetos de arte que parte significativa do conhecimento em artes visuais acontece. No decorrer deste processo, o prazer é o domínio do próprio fazer artístico, da simbolização e da leitura de imagem. Os símbolos apresentam o mundo sócio-cultural, através da pintura, moldagem, construção tridimensional, colagens etc.

O desenvolvimento progressivo do desenho implica mudanças significativas que no início, dizem respeito à passagem dos rabiscos iniciais da garatuja para construções cada vez mais ordenadas, fazendo surgir os primeiros símbolos. Essa passagem é possível graças às interações da criança com o ato de desenhar e com desenhos de outras pessoas.

Na garatuja a criança tem como hipótese que o desenho é simplesmente uma ação sobre uma superfície. No decorrer do tempo, as garatujas que refletiam sobre tudo o prolongamento dos movimentos rítmicos de ir e vir transformam-se em formas definidas que apresentam maior ordenação e podem estar se referindo aos objetos naturais, objetos imaginários, ou mesmo a outros desenhos.

Enquanto desenham ou criam objetos também brincam de “faz-de-conta” e verbalizam narrativas que exprimem suas capacidades imaginativas. Ela cria e recria individualmente formas expressivas, integrando percepção, imaginação, reflexão e sensibilidade, que podem então ser apropriadas pelas leituras simbólicas de outras crianças e adultos.

Quanto aos objetivos destinados às crianças de zero a três anos, a instituição deve organizar sua prática em torno da aprendizagem em arte, garantindo oportunidades para que as crianças sejam capazes de ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos e materiais, explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio e entrando em contato com formas diversas de expressões artísticas; além de utilizar diversos materiais gráficos e plásticos sobre diferentes superfícies para ampliar suas possibilidades de expressão e comunicação.

Aos objetivos para as crianças que possuem entre quatro e seis anos, o documento dá ênfase a esta fase, e diz que devem garantir oportunidades para que as crianças sejam capazes de interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura; produzir trabalhos de artes, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da moldagem, da colagem, da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.

Os conteúdos são organizados em dois blocos que visam oferecer visibilidade às especificidades da aprendizagem em artes.

O Primeiro bloco: “o fazer artístico”, para crianças de zero a três anos propõem a exploração e manipulação de materiais como lápis e pincéis, tinta, água, areia e de variados suportes gráficos, como jornal, papelão, madeiras, do

conhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando à produção de marcas gráficas, cuidado com o próprio corpo e dos colegas no contato com os suportes e materiais de artes, cuidado com os materiais e com os trabalhos e objetos produzidos individualmente ou em grupo.

Às crianças de quatro a seis anos, garante a oportunidade de criação de desenhos, pinturas, colagens, moldagens a partir da utilização dos elementos da linguagem das artes visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura e exploração utilização de alguns procedimentos necessários para desenhar, pintar, e modelar, com a exploração e aprofundamento das possibilidades oferecidas pelos diversos materiais, instrumentos e suportes, necessários para o fazer artístico e também dos espaços bidimensionais e tridimensionais na realização de seus projetos artísticos, a organização e cuidado com os materiais no espaço físico da sala, o respeito e cuidado com os objetos, produzidos individualmente e em grupo e a valorização de suas próprias produções, das de outras crianças e da produção de arte em geral.

O segundo bloco “Apreciação em Artes Visuais”, às crianças de zero a três anos de idade versa sobre a observação e identificação de imagens diversas. Às crianças de quatro a seis anos, propõem o conhecimento da diversidade de produções artísticas, como desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagens, ilustrações, cinema etc., bem como a apreciação das suas produções e das dos outros, por meio da observação e leitura de alguns dos elementos na linguagem plástica, a observação dos elementos constituintes da linguagem visual: ponto, linha, forma, cor, volume, contrastes, luz, texturas, a leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos, assim como a apreciação das Artes Visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

As orientações didáticas específicas às crianças de zero a três anos dizem que nesta fase o que tem valor é a utilização de instrumentos, materiais e suportes diversos, como lápis, pincéis, tintas, papéis, cola, etc.; para a prática da arte, partir do momento em que as crianças tenham condições motoras para o manuseio. As atividades devem ser bem dimensionadas e delimitadas no tempo. Quanto à apreciação de imagens, deve-se proporcionar o maior número de materiais variados

possível e que tenham significado para a criança.

Dos quatro aos seis anos de idade, já que as crianças podem criar suas produções, o professor deve oferecer oportunidades diversas para que elas se familiarizem com alguns procedimentos ligados aos materiais utilizados e os diversos tipos de suporte, para que possam pensar sobre os resultados obtidos. Sendo assim o trabalho deve ser organizado de forma a oferecer para as crianças a possibilidade de contato, uso e exploração de materiais. Aqui, ao se trabalhar com leitura de imagens é importante elaborar perguntas que instiguem a observação, a descoberta e o interesse da criança.

A organização do tempo diz que se deve respeitar as crianças em relação ao seu ritmo e interesse pelo trabalho, tempo de concentração e o prazer na realização da atividade. O professor deve ficar atento para redimensionar as atividades, em relação ao tempo ou própria atividade. Podem ser apontadas três possibilidades de organização das atividades, sendo elas: atividades permanentes, as sequenciais e os projetos.

O espaço deve ser organizado observando a quantidade e a qualidade dos materiais presentes e sua disposição no local, fatores que são determinantes para o fazer artístico.

A avaliação tem que buscar entender o processo individual de cada criança, afastando julgamentos como feio ou bonito, certo ou errado, que assim sendo utilizados não auxiliam no processo educacional. Os educandos devem ser observados constantemente e as observações registradas.

Em Artes Visuais a avaliação deve ser feita através de processos que tem como caráter de análise e reflexão sobre as produções das crianças, ou seja, a avaliação para criança deve especificar suas conquistas e as etapas do seu processo criativo.

Para as crianças de zero a três anos, a avaliação é feita pela exploração de diferentes materiais e também de possibilidade de expressar-se por meio deste. Quanto às crianças de quatro a seis anos, são avaliadas quanto à utilização dos desenhos, da pintura, da modelagem e de outras formas de expressão plástica para

representar, expressar-se e comunicar-se.

Quanto aos objetivos de zero a três anos, o documento ressalta a participação em variadas situações de comunicação oral; o ato de interessar-se pela leitura de histórias; familiarizar-se com a escrita por meios de livros, revistas, história em quadrinhos, etc.

São conteúdos voltados à faixa etária do zero aos três anos: uso da linguagem oral para conversar, relatar suas vivência e expressar desejos, vontades, necessidades. Participação em situações de leitura de diferentes gêneros feita pelos adultos. Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita. Observação e manuseio de materiais impressos.

Para tal faixa etária as orientações didáticas citam as diversas situações cotidianas que o adulto fala com ou perto da criança, permitindo que ela conheça e aproprie-se do universo discursivo.

O professor tem de manter sempre um diálogo com o bebê e com a criança. O adulto tem de utilizar a fala de maneira clara sem infantilizar ou imitar o jeito com o qual a criança a utiliza. O educador pode utilizar-se de vários recursos para estimular a linguagem em sala, através da música, do canto e a escuta de histórias. Pode ainda orientar os pais para compartilhar essa nova descoberta da criança em casa. É ele também o responsável por ampliar as condições da criança de manter-se no próprio texto falado. Para tanto, deve escutar a fala da criança, deixando-se desenvolver por si mesma. Assim, o professor funciona como apoio ao desenvolvimento verbal das crianças, além de contribuir para o reavivamento de lembranças. Tudo isso para ampliar fala das crianças, para que elas se tornem competentes como falantes.

A avaliação deve ser contínua. Deverá constituir-se em instrumento para a reorganização de objetos, conteúdos, procedimentos, atividades e como forma de acompanhar e conhecer cada criança e grupo. A observação sobre cada criança e sobre o grupo deve ser cuidadosa.

Na faixa etária dos quatro aos seis anos, os objetivos são: ampliar suas possibilidades de comunicação e expressão familiarizar-se com a escrita por meio



de livros, revistas e outros textos, escutar textos lidos pelo professor, interessar-se por escrever palavras e textos, reconhecer seu nome escrito, escolher os livros para ler e apreciar.

Os conteúdos giram em torno dos atos de falar, escutar, práticas de leitura e escrita.

As orientações didáticas sobre este eixo deixam clara a necessidade de um ambiente alfabetizador, que promova situações de usos reais de leitura e escrita nas quais as crianças tenham a oportunidade de participar, como exemplo, preparando convites para as reuniões de pais. É fundamental que haja a participação das crianças nos eventos de letramento, práticas de textos de literatura geral e infantil. Pode ainda, ocorrer a escolha de temas para trabalhar com projetos.

A avaliação é um importante instrumento para que o professor possa obter dados sobre o processo de aprendizagem de cada criança. Ela deve acontecer de forma sistemática e contínua ao longo de todo o processo de aprendizagem.

As situações de avaliação entre as crianças de zero a três anos devem ser realizadas com atividades contextualizadas para que se possa observar a evolução das crianças. A observação é o principal instrumento para que o professor possa avaliar o processo de construção da linguagem pelas mesmas, considerando experiências prioritárias para as crianças de zero a três anos a utilização da linguagem oral para se expressar e a exploração de materiais. O professor pode também observar se a criança reconhece e utiliza gestos, expressões fisionômicas e palavras para comunicar-se e expressar-se; se constitui um repertório de palavras, frases e expressões verbais para fazer perguntas e pedidos; se é capaz de escutar histórias e relatos com atenção e prazer, entre outros.

Dos quatro aos seis anos, no que se refere à linguagem oral, é preciso observar a participação em conversas, a utilização de diferentes recursos necessários ao diálogo, o interesse pela leitura e por ouvir histórias, constituem em questões avaliativas, assim como a ampliação de seu vocabulário, incorporando novas expressões e utilizando expressões de cortesia. Quanto à leitura, observar se as crianças pedem para que o professor leia, fazem comentário sobre o que leram e escutaram, recomendam a leitura que os interessou aos companheiros. No que diz

respeito à prática de escrita e de produção de textos, verificar se interessam-se por escrever seu nome e o nome das outras pessoas. Mesmo sem a exigência de que as crianças estejam alfabetizadas aos seis anos, todos os aspectos envolvidos no processo da alfabetização devem ser considerados.

São objetivos do eixo Natureza e Sociedade destinados às crianças de zero a três anos: explorar o ambiente para que possam se relacionar com pessoas, estabelecer contato com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse.

Para crianças de quatro a seis anos: interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções, manifestando opiniões próprias e confrontando idéias; estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos; estabelecer relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem.

Os conteúdos para a faixa etária do zero aos três anos dizem respeito à participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que remetam às tradições culturais em geral; a exploração de diferentes objetos e suas propriedades; o contato com pequenos animais e plantas e o conhecimento do próprio corpo por meio do uso e da exploração de suas habilidades.

Para crianças que se encontram entre os quatro e seis anos de idade, a organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar; os lugares e suas paisagens; os objetos e processos de transformação; os seres vivos e os fenômenos da natureza são os conteúdos que lhes cabem.

A observação e a exploração do meio são as principais possibilidades das crianças aprenderem. As crianças devem ter liberdade para manusear e explorar os diferentes tipos de objeto, quanto nos referimos às crianças de zero a três anos de idade.

Com as crianças que possuem dos quatro aos seis anos, o professor deve partir de perguntas interessantes, em lugar de apresentar explicações, considerando os conhecimentos das crianças sobre o assunto. Elas também apresentam mais

facilidade de aprendizado quando fazem coleta de dados com outras pessoas e/ou têm experiência direta com o meio.

A leitura de imagens e objetos produzidos pelos homens, como desenhos, mapas, fotografias, pinturas, filmagens, etc., são recursos inestimáveis para obter inúmeras informações. É importante que a criança aprenda a “ler” esses objetos e imagens. Objetos antigos que pertencem às famílias, exposições de museus, vídeos, filmes, programas de televisão são poderosos recursos para se analisar como viveram pessoas de outras épocas e grupos sociais. Leitura de livros, revistas e enciclopédias também muito contribuem.

Para o professor realizar a avaliação da criança de zero a três anos, a criança deve participar de atividades que envolvam a exploração do ambiente imediato e a manipulação de objetos, nessa fase, o método de avaliação é a observação. O registro é a fonte de informação sobre as crianças, em seu processo de aprender, e sobre o professor, em seu processo de ensinar.

Para a faixa etária seguinte, o professor deve desenvolver atividades variadas relacionadas a festas, brincadeiras, músicas e danças da tradição cultural da comunidade. Devem ser promovidas situações significativas de aprendizagem para que as crianças exponham suas ideias e opiniões, situações estas que as façam avançar nos seus conhecimentos.

O momento de avaliação implica numa reflexão do professor sobre o processo de aprendizagem. A avaliação não se dá somente no momento final do trabalho, é tarefa permanente do professor. A prática de observar as crianças indica caminhos para selecionar conteúdos e propor desafios. O registro é o acervo de conhecimentos do professor que lhe possibilita avaliar as crianças propondo novos encaminhamentos. Com as atividades praticadas elas poderão conhecer e aprender a valorizar sua cultura.

Seus objetivos versam sobre o ato de proporcionar oportunidades para que as crianças desenvolvam a capacidade de: estabelecer aproximações de algumas noções matemáticas presente em seu cotidiano como contagem e relações espaciais, estes, destinados às crianças de zero a três anos de idade.

Seus conteúdos dizem respeito ao ato de aprender matemática, que é um processo contínuo no qual as crianças estabelecem relações nas observações e ações que praticam desde cedo no seu ambiente físico e sócio-cultural.

A construção de competência matemática pela criança ocorre no desenvolvimento de inúmeras outras naturezas diferentes como, comunicar-se oralmente, desenhar, ler, escrever, movimentar-se, cantar etc.

Deve ser privilegiada a contagem oral, a noção de quantidade, de tempo e de espaço em jogos, brincadeiras e músicas junto com o professor e nos diversos contextos nos quais as crianças reconheçam essa utilização como necessária.

A manipulação e exploração de objetos e brinquedos, em situações organizadas de forma a existirem quantidades individuais suficientes para que cada criança possa descobrir as características principais e suas possibilidades associativas: empilhar, rolar, transvasar, encaixar também se faz necessário.

As situações cotidianas oferecem oportunidades privilegiadas para o trabalho com a especificidade das idéias matemáticas. As festas, as histórias e principalmente, os jogos e as brincadeiras permitem a familiarização com elementos espaciais e numéricos, sem imposição.

As situações devem ter um caráter múltiplo para que as crianças possam interessar-se fazer relações sobre várias áreas e comunicá-las. As modificações no espaço a construção de diferentes circuitos de obstáculo com cadeiras, mesas, pneus e panos por onde as crianças possam engatinhar ou andar, subindo, descendo, passando por dentro, por cima, por baixo, constituem em experiências ricas e significativas.

As brincadeiras de construir torres, pistas para carrinhos e cidades, com blocos de madeira de encaixe, possibilitam representar o espaço numa outra dimensão.

O faz de conta das crianças pode ser enriquecido organizando-se espaços próprios com objetos e brinquedos que contenham números, como telefone, máquina de calcular, relógio, etc.

A situação de festa de aniversário pode constituir-se em momentos ricos de aproximação com a função dos números. O professor pode organizar junto com as crianças um quadro de aniversariantes, contendo a data do aniversário e a idade de cada criança. As crianças por volta dos dois anos já podem, com ajuda do professor, contar quantos dias faltam para seu aniversário. Outra sugestão é organizar um painel com pesos e medidas das crianças para que elas observem suas diferenças.

O folclore brasileiro é fonte riquíssima de cantigas e rimas infantis envolvendo contagem e números, que podem ser utilizadas como forma de aproximação com a matemática oral.

Toda avaliação das crianças de zero a três anos deve ser feita sobre os progressos apresentados por elas. As experiências prioritárias nessa faixa etária são os contatos com os números e a exploração do espaço. Para isso, é preciso que as crianças participem de situações nas quais sejam utilizadas as contagens orais, referências espaciais e temporais, criando sempre condições para que as crianças engatinhem, arrastem-se, pulem, explorando o máximo que puder seus espaços.

Já dos quatro aos seis anos, é preciso aprofundar e ampliar o trabalho realizado com a faixa etária de 0 a 3 anos, garantindo oportunidades para que sejam capazes de: reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano, comunicar idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problemas relativas a quantidades, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e matemática, ter confiança em suas próprias estratégias e na capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando o seu conhecimento prévio.

Os conteúdos nessa faixa etária estão organizados em três blocos: “Números e sistemas de numeração”, “Grandezas e medidas” e “Espaço e forma”.

A contagem é realizada de forma diversificada pelas crianças, com um significado que se modifica conforme o contexto. Assim, é necessário propor para as crianças problemas relativos à contagem de diversas formas.

Os procedimentos indispensáveis para a compreensão do significado da

notação numérica para a criança é ler os números, compará-los e ordená-los. Para as crianças, os aspectos relevantes da numeração são os que fazem parte de suas vidas cotidianas. Sendo assim, elas podem pesquisar as informações numéricas de cada membro de seu grupo: idade, número do sapato, número da roupa, altura, peso, etc. O cálculo é aprendido junto com a noção de número e a partir do seu uso em jogos e situações-problema.

Pode-se propor para as crianças de cinco e seis anos situações em que tenham de resolver problemas aritméticos e não contas isoladas, exploração de diferentes procedimentos para comparar grandezas, introduzir as noções de medida de comprimento, peso, volume e tempo, pela utilização de unidades convencionais e não convencionais, além da marcação do tempo por meio de calendários.

Experiências com dinheiro em brincadeiras ou em situações de interesse das crianças, explicitação e representação da posição de pessoas e objetos, utilizando vocabulários pertinentes aos jogos, nas brincadeiras e nas diversas situações nas quais as crianças considerarem necessário essa ação, exploração e identificação de propriedades geométricas de objetos e figuras, como formas, tipos de contornos e objetos, bidimensionais, tridimensionais, faces planas, lados retos, identificação de pontos de referencia para situar-se e deslocar-se no espaço, a descrição e representação de pequenos percursos e trajetos, observando pontos de referência, também constituem conteúdos a serem ministrados.

As orientações didáticas lidam com os números e os sistemas de numeração, o contato e a utilização desses conhecimentos, que podem ocorrer em problemas cotidianos, no ambiente familiar, em brincadeiras, nas informações que lhes chegam pelos meios de comunicação. Na contagem podem ser usados os jogos de esconder ou de pega, nos quais um dos participantes deve contar, enquanto espera os outros se posicionarem; ou com brincadeiras e cantigas que incluam diferentes formas de contagem.

Na notação e escrita numéricas, os números podem ser lidos, comparados e ordenados, através de histórias, aqui, as leituras do índice e da numeração das páginas estão incluídas.

Histórias em capítulos, coletâneas e enciclopédias são muito interessantes

nesse processo. Em álbuns de figurinhas, pode ser pedido que antecipem a localização da figurinha no álbum ou, se abrindo em determinada página, que folhem o álbum para frente ou para trás. O uso de calendários, marcando os dias ou escrevendo a data na lousa; fazer contagem para datas importantes como aniversário das crianças e até mesmo para data de passeios. Pesquisa das informações numéricas de cada membro do grupo, como idade, número de sapato e roupa, peso, altura, e posteriormente construindo uma tabela e criando problemas de comparação. Em jogos de baralho, de adivinhação ou que utilizem dados, pode-se considerar o antecessor e o sucessor. Nas operações pode ocorrer a realização de estimativas, propiciando que as crianças comparem, juntem, separem, combinem grandezas ou transformem dados numéricos.

Com as grandezas e medidas, o professor pode propor situações-problemas em que a criança possa ampliar, aprofundar, e construir novos sentidos para seus conhecimentos. Atividades de culinária envolvem diferentes unidades de medida, como o tempo de cozimento e a quantidade dos ingredientes. Comparação de comprimento, pesos e capacidades, marcação de tempo e a noção de temperatura.

As medidas podem ser feitas pelos meios convencionais, como balança, fita métrica, régua, ou por meios não convencionais, como passos, pedaços de barbante ou palitos. O dinheiro possui várias finalidades didáticas, como fazer trocas, comparar valores, fazer operações, resolver problemas e visualizar características da representação dos números naturais e dos números decimais.

No conteúdo espaço e formas, propor desafios que dizem respeito às relações habituais das crianças com o espaço, como construir, deslocar-se, desenhar, etc. O trabalho com formas geométricas pode ocorrer por meio da observação de obras de arte, de artesanato de construções de arquitetura, pisos, mosaicos, vitrais de igrejas, ou ainda formas da natureza, como flores, folhas, casas de abelha, teias de aranha, etc. Observação de pontos de referência que as crianças adotam, a sua noção de distância, de tempo, propor jogos em que precisem se movimentar ou movimentar um objeto no espaço.

Desenhar objetos a partir de diferentes ângulos de visão, como visto de cima, de baixo, de lado, e propor representações tridimensionais, como construções com

blocos de madeira, maquetes, painéis. O uso de figuras, desenhos, fotos e certos tipos de mapas para a descrição e representação de caminhos, itinerários, lugares, localizações, etc.

É importante observar se as crianças de quatro a seis anos utilizam a contagem de forma espontânea para resolver diferentes situações que lhe são apresentadas em seu cotidiano. Nessa faixa etária, espera-se que as crianças utilizem conhecimentos da contagem oral, registrem quantidades de forma convencional ou não convencional e comuniquem posições relativas à localidade de pessoas ou objetos. O professor deverá acompanhar os avanços que elas realizam neste requisito.



### **3. PESQUISA: ANÁLISE E EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS**

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário contendo nove questões pertinentes ao contexto do RCNEI inseridos em práticas diárias. Questões estas que eram abertas e aos entrevistados era dada a oportunidade de expressar-se conforme o conhecimento que possuíam.

Os dados foram colhidos nos meses de junho e julho do ano de 2.011. Foram convidados a participar da pesquisa cinquenta e sete profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos de idade, em seis Centros Municipais de Educação Infantil, assistidos pelo município de São Sebastião do Paraíso, município localizado em Minas Gerais. Dos profissionais convidados a colaborar com a pesquisa, trinta contribuíram para que ela se realizasse. Seus cargos recebem a nomenclatura de diretores das instituições, professores, monitores de educação infantil e recreadores.

São 1178 crianças que freqüentam os centros pesquisados e são assistidas com alimentação, materiais, todos os cuidados necessários à sua higiene pessoal e bem-estar, além de receber tratamento dentário e serem acompanhadas pelas Unidades de Saúde da Família para verificar sua saúde. Tais Unidades monitoram também os cartões de vacina das crianças, que caso estejam atrasados são convocados os pais ou responsáveis a colocá-los em dia. Uniformes de inverno e de verão são distribuídos para as crianças.

Todas as instituições possuem estrutura física de alvenaria e funcionam em regime integral, ou seja, estão abertas a seus usuários das sete às dezessete horas. Elas se localizam em diferentes bairros da cidade e atendem crianças de vários

outros bairros diferentes daqueles nos quais estão inseridas.

As famílias que desejam ser contempladas com vagas para suas crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil necessitam fazer uma inscrição que constará em um cadastro de espera para tal atendimento, sendo que este só será realizado mediante análise do assistente social do município, para que seja garantida a oportunidade para quem realmente necessita.

Os Centros Municipais de Educação Infantil que participaram da pesquisa foram: Inês Ferreira Marcolini, João XXIII, Messias Cerize, Vinícius Scarano, Emiliana Fagundes e Otília Amaral.

Tais instituições recebem semanalmente a visita dos especialistas da Secretaria Municipal de Educação e há a preocupação em estabelecer uma parceria de qualidade e participativa com a comunidade e com os pais.

### **3.1. O perfil dos profissionais entrevistados**

Os profissionais entrevistados para tal estudo, são todos do sexo feminino. Foram trinta participantes, das quais 7% enquadram-se na faixa etária de até trinta anos, 47% estão compreendidas na faixa dos trinta aos trinta e nove anos, 31% possuem de quarenta a quarenta e nove anos, 10% possuem cinquenta anos ou mais e apenas 5% não respondeu à questão.

Quando analisado nível de escolaridade, a pesquisa apontou que 4% possuem o ensino fundamental, 30% possuem o ensino médio, 23% estão cursando Pedagogia, 23% possuem curso superior completo, 6% possuem pós-graduação e 14% não responderam à questão.

Quando solicitada a informação sobre o tempo que atuam no cargo, 57% atuam de três meses a cinco anos no cargo, 18% atuam entre cinco e nove anos no cargo e 25% atuam há dez anos ou mais.

Aqui, o ponto positivo apresentado foi a questão do nível de escolaridade que apontou para a busca dos profissionais de especializar-se cursando a faculdade, fato este que garante diretamente melhor atendimento ao público, devido às

aprendizagens adquiridas no decorrer de tal processo.

### **3.2. Contato com o Referencial Curricular para a Educação Infantil**

Quando o assunto foi o conhecimento acerca do material elaborado pelo Mec e distribuído gratuitamente à rede pública de ensino, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as participantes mostraram que 30% já conheciam o material, possuíam em seus acervos para consultas e estudos necessários, enquanto 35% o conheciam, mas apenas em partes ao realizar o estudo com os grupos, porém não o possuíam, 15% conheciam, haviam realizado o curso oferecido pela Secretaria Municipal de Educação em 1992, com carga horária total de 300 horas e possuíam tal material, enquanto 20% não conheciam tal material muito menos as propostas nele contidas.

Vale aqui ressaltar que desse grupo, 57% dos entrevistados estão a menos de nove anos atuando junto à rede municipal de ensino e não tiveram a oportunidade de realizar tal curso quando esse foi oferecido pela Secretaria Municipal de Educação.

### **3.3. O Referencial Nacional para a Educação Infantil e suas contribuições para uma educação de qualidade**

Embora a maioria não tenha conhecimento profundo do material e alguns o tenham de forma superficial, todos foram unânimes ao responder que tal material muito contribui para a realização de uma educação infantil de qualidade, alegando que analisa a criança por todos os aspectos e ressalta que cada uma de suas ações muito tem a dizer sobre o que ela sabe, gosta, vive e ainda necessita para realizar progressos tanto no campo educacional quanto em sua realidade pessoal e junto daqueles com os quais convive. Acreditam ainda, que mesmo que tais propostas não sejam obrigatórias, são fundamentais ao desenvolvimento pleno da criança, pois caso contrário, o Mec não iria se propor a elaborar e publicar tal documento.

### **3.4. A aplicabilidade das propostas contidas no Referencial Curricular para a Educação Infantil**

A obrigatoriedade de colocar em prática as propostas contidas no documento em estudo não existe, porém quando questionados sobre a aplicabilidade de tais práticas em suas situações diárias, a viabilidade das mesmas e o apoio para que elas aconteçam 72% disseram que tais práticas já estão incorporadas há tempos no cotidiano das instituições nas quais atuam, que são totalmente viáveis e recebem o apoio necessário para que elas ocorram e se desenvolvam da melhor maneira possível. Do total, 25% dos entrevistados acreditam que tais propostas podem sim ser aplicadas, mas ainda não as percebem como totalmente viáveis e apontam falta de participação das famílias e o desconhecimento que as mesmas possuem a respeito da importância da infância para o desenvolvimento do ser humano. O restante, 3% das entrevistadas, acreditam que ainda está muito longe da realidade dos Centros Municipais de Educação Infantil, a incorporação das atitudes bem como as atividades propostas no referencial, seja por falta de recursos ou mesmo de conhecimento.

### **3.5. Associação da prática realizada diariamente nos Centros Municipais de Educação Infantil ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**

Quando esta questão foi proposta, 97% das entrevistadas não tiveram dificuldade em dizer de suas práticas diárias nos Centros Municipais de Educação Infantil. Relataram cada uma das atividades ali realizadas e sempre julgavam que cada uma tinha grande importância para as crianças que ali permaneciam o dia todo. Aquelas que conheciam o material ou parte dele frisaram a importância de se trabalhar a criança como um todo, respeitando suas particularidades e a “bagagem” que traziam de sua vida familiar e círculo de amigos. Citaram também os nomes dos eixos propostos pelo material e mencionaram que não existe um mais importante que o outro e sim constituem em partes que se completam. Houve também nesse momento, a referência aos últimos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e que muito tinham de ligação e constituíam-se em oportunidades de

utilização dos itens contidos no Referencial Curricular, como era o caso do Mathema, do Ceale e também do Projeto Ciranda que faz parte do dia-a-dia das instituições de Educação Infantil do município. Apenas 3% não conseguiam associar suas atividades ao documento por que não tinham argumentação ou em que se fundamentar para responder tal questão.

### **3.6. O objetivo do trabalho realizado pelo Centro de Educação Infantil**

Os profissionais foram indagados sobre qual finalidade tinham as atividades desenvolvidas na instituição na qual atuavam e demonstraram com segurança que objetivavam o desenvolvimento pleno da criança enquanto ser humano, garantindo sua segurança e cercando-a de práticas necessárias para que fossem sempre bem cuidadas. Manifestaram também nesse espaço, a responsabilidade que tinham de oferecer a ela tudo aquilo que ela não teria acesso fora daquele espaço, ou seja, a oportunidade de brincar e ter alguém que por isso se interesse junto a ela, além do contato como todo universo cultural existente e que nos cerca diariamente, além de desenvolver sua linguagem oral e escrita.

### **3.7. O conceito de criança**

Cerca de 92%, mesmo que não usando a linguagem pertinente ao documento em questão, definiram criança conforme o documento o fez e ressaltaram importância de tal fase para a construção do indivíduo. Evidenciaram também que agem conforme os modelos que recebem do meio no qual vivem. Outros 8% disseram que ser criança é apenas viver uma das etapas da vida e que esta requer muito cuidado e atenção.

### **3.8. A concepção de educar**

Ao se referir ao ato de educar, 80% das entrevistadas o definiu como aquilo que vai além dos conceitos e dos conteúdos como Língua Portuguesa e Matemática.

Demonstraram a preocupação com a relação que as crianças estabelecem entre elas e com o meio no qual estão inseridas, além de comentar que o principal é que ela se desenvolva plenamente e feliz, para que tenha atitude, segurança e saiba lidar com situações que por ventura surgirem em suas vidas num futuro próximo ou até mesmo na fase adulta. 15% das entrevistadas se referiram apenas a bons hábitos de socialização e os 5% restantes apenas aos conteúdos específicos.

### **3.9. A concepção de brincar**

Aproximadamente 90% demonstraram saber a importância do ato para o universo infantil, além de mencionar sua contribuição para o aprendizado e as informações sobre cada criança que tal ato pode transmitir. Dos entrevistados, 10% percebem o ato de brincar apenas como um momento de distração que se esgota em si, sem outras oportunidade ou contribuições a oferecer.

### **3.10. A concepção de cuidar**

A maioria das entrevistadas deu ao ato de cuidar a definição de um ato que deve ser realizado com carinho e planejamento, visando sempre o bem-estar físico e psicológico das crianças. Disseram ainda, que acreditavam que durante este momento havia espaço para cercar as crianças de amor e atenção, demonstrando que elas estavam ali para realizar a tal função e exclusivamente para atendê-las. Ressaltaram durante esta pergunta que muitas crianças recebem cuidados efetivos e carinho durante sua estada na instituição e em suas residências os pais não possuem tempo para destinar aos filhos, diante de tantos afazeres e trabalho.

## **CONCLUSÃO**

As propostas contidas no RCNEI constituem-se em importante caminho, no sentido que sugere e busca a qualidade da Educação Infantil, com ações voltadas ao aprendizado qualitativo e ao desenvolvimento das potencialidades da criança sob uma perspectiva social.

Sabendo-se que a infância é extremamente importante para a formação do cidadão, as situações abordadas no RCNEI contemplam a educação como um processo articulado às vivências sócio-culturais que as crianças manifestam de acordo com a realidade na qual vivem diariamente. É esta análise que dá a tal documento tamanha importância no sentido de promover qualitativamente a educação da criança brasileira.

Mesmo não sendo de cunho obrigatório, a teoria revelada pelos RCNEI mostra seu caráter orientador da prática pedagógica que merece ser considerado nas instituições de Educação Infantil, pelos profissionais que lá atuam, pois possibilitam melhor consistência nas ações do cotidiano que certamente refletirão nas práticas das crianças.

Logo, mesmo que este documento tenha sido proposto e disponibilizado no ano de 1998, suas sugestões se fazem atuais e constituem-se pontos de referência para educadores que quando o conhecem ou dele se utilizam, deixam de agir de forma espontânea e na improvisação, repensando suas práticas e modificando-as de maneira a atender os pequeninos e suas necessidades, tendo base e conhecimento teórico suficientes para dar-lhe respaldo.

Com a pesquisa realizada nos Centros de Educação Infantil do município de São Sebastião do Paraíso, ficou evidente que ainda há uma quantidade significativa de profissionais que atuam com o público infantil ao qual o documento faz

referência, porém não o conhecem da forma como deveriam conhecer. Conhecem trechos ou apenas o material enquanto conjunto composto por três livros.

Há que também citar que uma parcela de profissionais está cursando Pedagogia e com certeza conhecerão de forma mais aprofundada o material e muito compreenderão sobre o porquê das ações que realizam diariamente, sob solicitação ou orientação dos diretores das instituições e dos especialistas que os visitam semanalmente. Assim, pode-se dizer que obtiveram êxito nas colocações que fizeram sobre suas atividades diárias e definições questionadas, por receberem suporte de profissionais especializados e conhecedores do RCNEI.

Muitos dos projetos desenvolvidos nos referidos Centros, como o “Projeto Ciranda”, estão totalmente embasados no RCNEI e a maioria dos profissionais desconhecem, porém realizam com êxito suas atividades.

Por fim, faz-se necessário ressaltar aqui, que quando muitos profissionais que participaram da pesquisa iniciaram seus trabalhos na referida rede de ensino, o curso completo sobre o material já havia sido oferecido, mas os profissionais destinados a supervisionar e acompanhar este segmento buscam atualizar os demais profissionais com mini-cursos, palestras e estudos semanais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Vol. 1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Vol. 1. Brasília: MEC/SEB, 2006.

CASTRO, Lucia Rabello. A Infância e ses destinos no contemporâneo. psicologia em Revista, Elo Horizonte, v.8 n.11, p.47-48, jun.2002.

CORAZZA, Sandra. História da Infância Sem Fim. Ijuí: Ed. Unijui, 2000.

DVD Curso Superior de Pedagogia, O aluno da educação infantil e dos anos iniciais. DVD, São Paulo: IESDE, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN, Moyses. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.